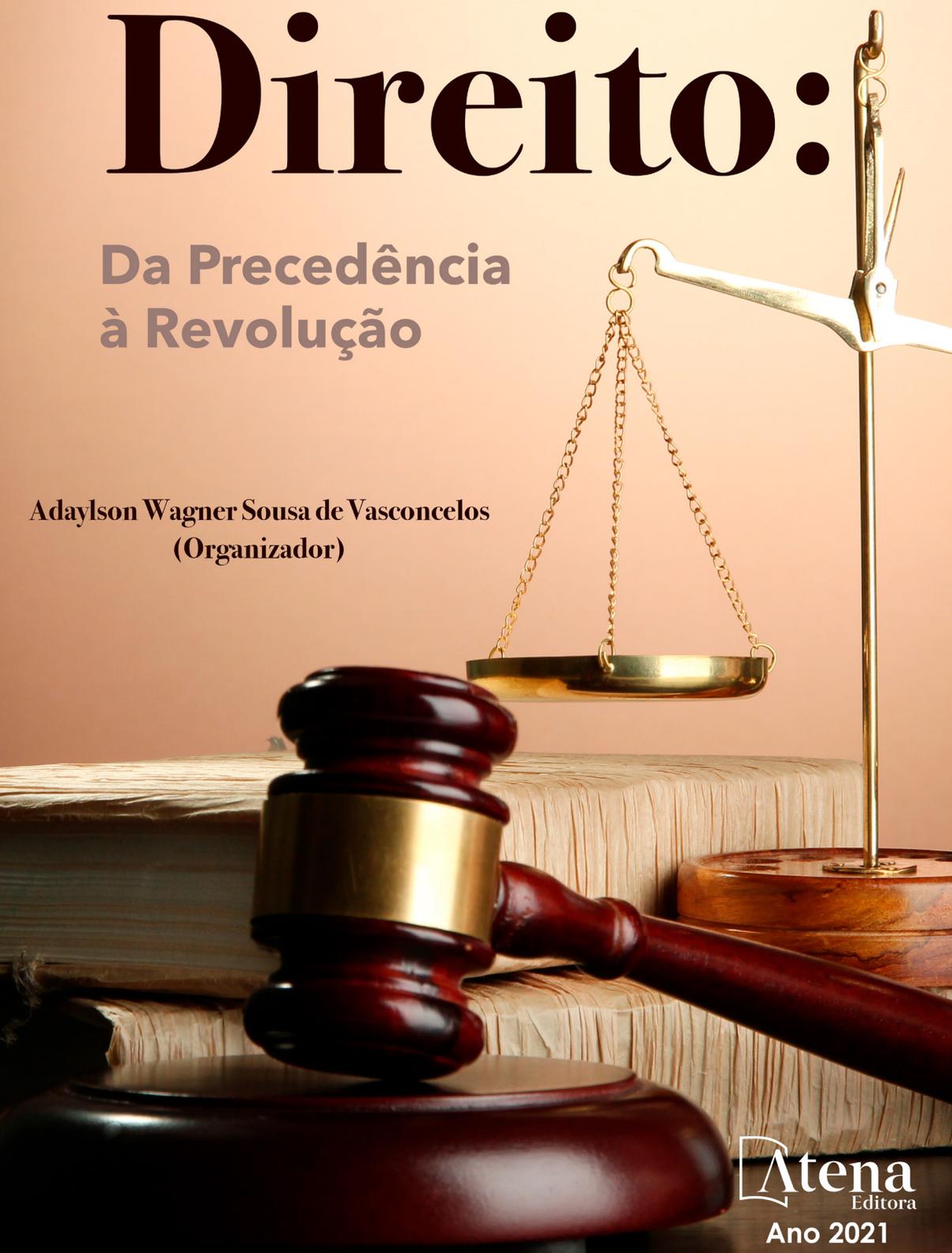


Direito:

Da Precedência à Revolução

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

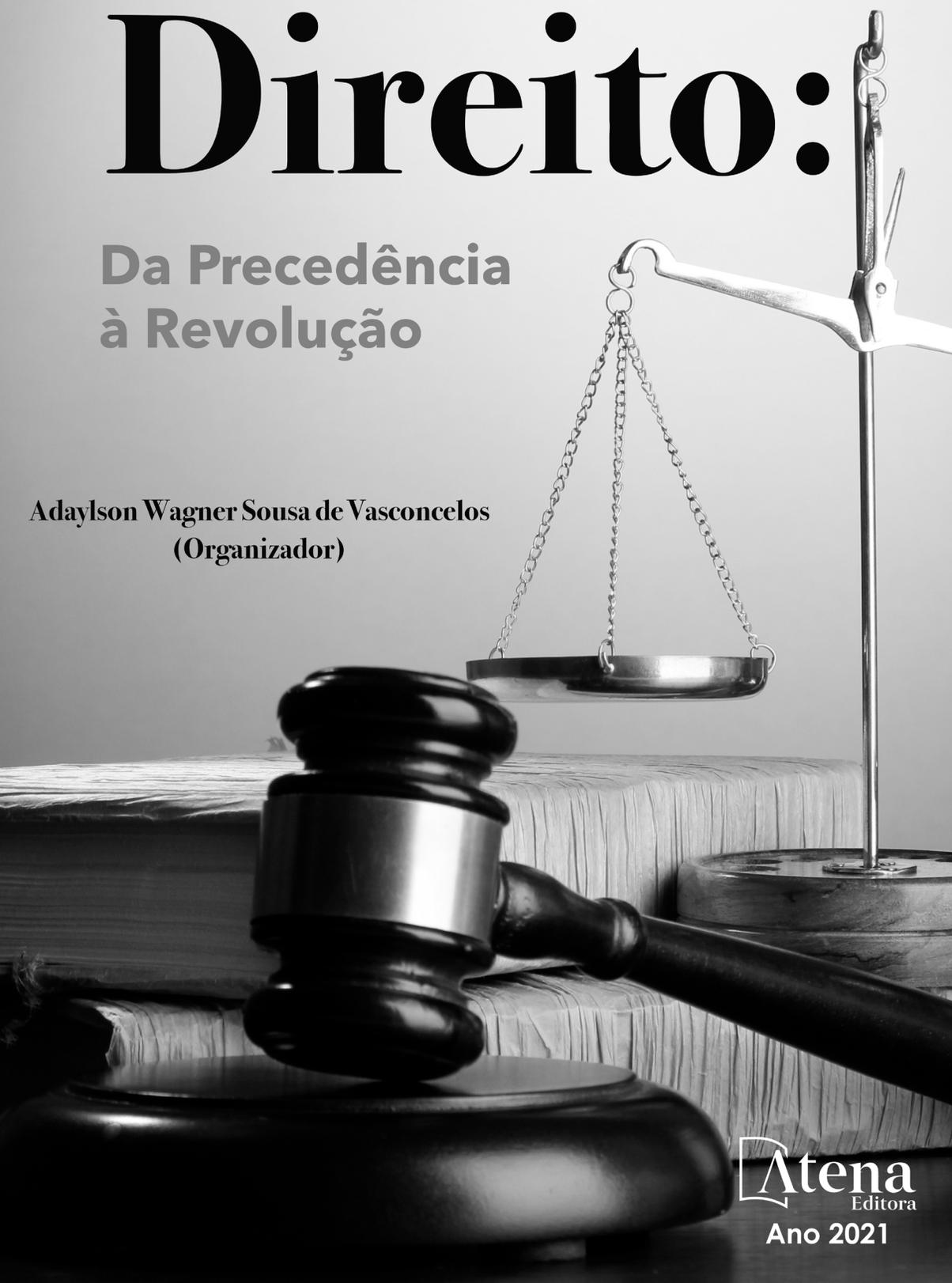


 **Atena**
Editora
Ano 2021

Direito:

Da Precedência
à Revolução

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Direito: da precedência à revolução

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direito: da precedência à revolução / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-928-8

DOI 10.22533/at.ed.288212903

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **DIREITO: DA PRECEDÊNCIA À REVOLUÇÃO**, coletânea de dezenove capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos em direito constitucional; minorias sociais e juridicamente hipossuficientes; estudos em direito penal e processual penal; estudos em direito do trabalho; e estudos em direito eleitoral.

Estudos em direito constitucional traz análises sobre princípio da dignidade da pessoa humana, pena de morte, colaboração premiada, crise democrática e pandemia, além de federalismo e gestão de serviços públicos.

Em minorias sociais e juridicamente hipossuficientes são verificadas contribuições que versam sobre mulher, pessoa com deficiência, criança, adolescente e consumidor.

Estudos em sistema prisional brasileiro, direito penal e processual penal aborda questões como assédio sexual, discurso de ódio, pornografia, Lava Jato e o artigo 385 do CPP.

No quarto momento, estudos em direito do trabalho, temos leituras sobre OIT, unicidade sindical, perícia assistente e teletrabalho e saúde.

Por fim, em estudos em direito eleitoral, há abordagens que tratam de temas como ação de impugnação de mandato eletivo, princípio da soberania popular e judicialização das eleições municipais.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO LIMITE À APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Simoni Caetano Miranda

Rene Vial

DOI 10.22533/at.ed.2882129031

CAPÍTULO 2..... 15

O BUSÍLIS FILOSÓFICO DA PENA DE MORTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL FACE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

Flávia Maria Ferreira de Araújo

Alexandre Almeida Rocha

DOI 10.22533/at.ed.2882129032

CAPÍTULO 3..... 29

COLABORAÇÃO PREMIADA: A ORDEM DE DEPOIMENTO DO DELATOR E O RESPEITO ÀS GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Simoni Caetano Miranda

Bárbara Mendes Lima

DOI 10.22533/at.ed.2882129033

CAPÍTULO 4..... 47

CRISE DEMOCRÁTICA E PANDEMIA: NOVOS RUMOS PARA O CONSTITUCIONALISMO EM TERRAS DEPENDENTES

Elaine Maria Silveira Ritossa

DOI 10.22533/at.ed.2882129034

CAPÍTULO 5..... 57

O FEDERALISMO BRASILEIRO E O COVID-19: UM NOVO PARADIGMA CONSTITUCIONAL NA GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS?

Caroline Lobato

DOI 10.22533/at.ed.2882129035

CAPÍTULO 6..... 68

DIREITO, MULHER E (IN)JUSTIÇA: A NATURALIZAÇÃO DAS CATEGORIAS CULTURAIS COMO FORMA DE DOMINAÇÃO

Valéria Cenci Valle

Vilson Leonel

DOI 10.22533/at.ed.2882129036

CAPÍTULO 7..... 80

O PRINCÍPIO DA INCLUSÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA A INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Lucas Miguel Medeiros de Oliveira Santos

DOI 10.22533/at.ed.2882129037

CAPÍTULO 8.....	91
O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OS DESAFIOS À PROTEÇÃO INTEGRAL	
Amanda de Souza Rodrigues	
Edna Maria Goulart Joazeiro	
DOI 10.22533/at.ed.2882129038	
CAPÍTULO 9.....	103
DIREITO DO CONSUMIDOR: O USO DE AGROTÓXICOS E SEUS EFEITOS NA RELAÇÃO CONSUMERISTA	
Marina Lopes de Moraes	
Filipe Ferreira Delmondes	
Francisco José Soller de Mattos	
DOI 10.22533/at.ed.2882129039	
CAPÍTULO 10.....	109
SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: O BERÇO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NO PAÍS	
Tiago dos Santos Arão	
Carlos Eduardo Silva Abbadie	
Bruno de Castro Lino	
Leonardo Mattos	
DOI 10.22533/at.ed.28821290310	
CAPÍTULO 11.....	119
O ASSÉDIO SEXUAL E A PERTINÊNCIA DA SUA TIPIFICAÇÃO PENAL	
Victoria da Silva Guedes	
Andreia Cadore Tolfo	
DOI 10.22533/at.ed.28821290311	
CAPÍTULO 12.....	129
DISCURSO DE ÓDIO E A QUESTÃO DA PORNOGRAFIA	
Rayssa de Sales França	
Lilian Silva de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.28821290312	
CAPÍTULO 13.....	144
ATIVISMO JUDICIAL E OPERAÇÃO LAVA JATO	
Camila de Oliveira	
Ernane Salles da Costa Junior	
Gerald Otaviano Leal Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.28821290313	
CAPÍTULO 14.....	166
SISTEMAS JUDICIAIS INERENTES AO PROCESSO PENAL E A CRÍTICA AO ARTIGO 385: GARANTISMO NEOCONSTITUCIONAL E MEIO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL FÁTICO-JURÍDICO I	
Alexia Aqueni Bernardes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28821290314	

CAPÍTULO 15.....	178
A FORÇA IMPOSITIVA DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DE 1998 DA OIT E A UNICIDADE SINDICAL NO BRASIL: O PAÍS-MEMBRO TEM DEVER DE IMPLEMENTAR AS DIRETRIZES DA CONVENÇÃO Nº 87 DA OIT?	
Andréa Arruda Vaz	
Andressa Ignácio da Silva	
Francieli Korkievicz Morbini	
Marco Antônio Berberi	
Rayane Herzog Liutkus	
Tais Martins	
DOI 10.22533/at.ed.28821290315	
CAPÍTULO 16.....	188
CONTRIBUIÇÃO DO PERITO ASSISTENTE NA REDUÇÃO DOS VALORES DAS CONDENAÇÕES DOS PROCESSOS TRABALHISTAS	
Luciano Bendlin	
Rafaela Witt Bendlin	
Solange Salete Sprandel da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28821290316	
CAPÍTULO 17.....	203
AS IMPLICAÇÕES DO TELETRABALHO NA SAÚDE DOS TRABALHADORES	
Luciana Martinez Geraldes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.28821290317	
CAPÍTULO 18.....	208
AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO: UM INSTRUMENTO JURÍDICO QUE ASSEGURA A PERDA DO MANDATO ELETIVO GARANTINDO O PRINCÍPIO DA SOBERANIA POPULAR	
Daniel Rodrigues da Silva	
Daniela da Silva Dias	
Rochele Juliane Lima Firmeza Bernardes	
DOI 10.22533/at.ed.28821290318	
CAPÍTULO 19.....	220
JUDICIALIZAÇÃO DA COMPETIÇÃO ELEITORAL MUNICIPAL E A ADI 5525	
Ary Jorge Aguiar Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.28821290319	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	235
ÍNDICE REMISSIVO.....	236

CAPÍTULO 4

CRISE DEMOCRÁTICA E PANDEMIA: NOVOS RUMOS PARA O CONSTITUCIONALISMO EM TERRAS DEPENDENTES

Data de aceite: 25/03/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Elaine Maria Silveira Ritossa

<http://lattes.cnpq.br/0423150231106877>

Franca – SP

RESUMO: Este trabalho empreende apresentar um debate acerca da crise democrática que assola o Brasil, trazendo graves prejuízos à população e seus direitos constitucionais, especialmente em tempos de pandemia. Para tanto, servimo-nos das contribuições do estruturalismo latino-americano, engendrado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da teoria marxista da dependência e dos apontamentos realizados pela teoria decolonial. Estabelece-se aqui, portanto, um diálogo entre a subalternização econômica e política do Brasil e da América Latina, reiterada pelos processos de colonialidade, e o Direito Constitucional, local privilegiado de proteção dos direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Crise democrática. Direito Constitucional. Pandemia. Dependência.

DEMOCRATIC CRISIS AND PANDEMIC: NEW ROUTES TO CONSTITUTIONALISM IN DEPENDENT LANDS

ABSTRACT: This article seeks to present a debate about the democratic crisis that is plaguing Brazil, causing serious damage to the population

and their constitutional rights, especially in times of pandemic. To this end, we use the contributions of Latin American structuralism, engendered in the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), the marxist theory of dependence and the contributions made by the decolonial theory. Therefore, a dialogue is established between the economic and political subordination of Brazil and Latin America, reiterated by the processes of coloniality, and Constitutional Law, a privileged place for the protection of fundamental rights.

KEYWORDS: Democratic crisis. Constitutional Law. Pandemic. Dependency.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende buscar um instrumental teórico-metodológico adequado para pensar as raízes da crise democrática que está em curso no Brasil, bem como fazer um apontamento acerca de que forma o Direito Constitucional pode contribuir para saídas desse nefasto cenário, especialmente considerando a atual pandemia de COVID-19.

O debate sobre democracia, direitos fundamentais e políticas sociais está relacionado a todo um contexto histórico. Consequentemente, foi afetado diretamente pelo processo de mundialização do capital.

Nesse sentido, o artigo tem por objetivo principal demonstrar a importância do estruturalismo latino-americano, da teoria

marxista da dependência e do pensamento decolonial para se fazer uma análise adequada da condição do Brasil enquanto periferia dentro do sistema capitalista neoliberal, em um contexto marcado pela colonialidade, valendo-se para tal da abordagem metodológica qualitativa, exploratória e dedutiva.

Para tanto, primeiramente se explica os entraves colocados pelo processo de mundialização do capital, o próprio sistema capitalista e sua lógica de funcionamento através da dualidade centro-periferia. Depois, aborda-se a questão da inexperiência democrática brasileira e o conceito de colonialidade e como a dominação europeia e, posteriormente, ocidental na América Latina perdura até os dias de hoje, de formas diferentes, bem como quais os pensamentos contra-hegemônicos mostram-se relevantes para esse debate, principalmente a partir da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

AS AMARRAS DO CAPITAL

É crescente o debate nas ciências jurídicas e sociais, bem como no âmbito político e na mídia, de que a democracia representativa brasileira se encontra em crise devido à descrença, por grande parte da população, nas instituições, nos partidos políticos e na própria democracia em si. Somam-se a isso fatores como a corrupção, o aprofundamento das desigualdades sociais e a precarização dos serviços públicos, que, em cenários como o da pandemia de COVID-19, se agravam, intensificando esse cenário.

Não se nega aqui que tenham havido melhorias na engenharia institucional, na tentativa de se construir uma maior e mais efetiva participação política. Contudo, essa participação política tem sido apenas formal, não material, uma vez que há carência de cidadania verdadeiramente ativa em nossa sociedade. Nesse sentido, a tentativa de superação dessas questões perpassa uma análise crítica que exige a retomada histórica da formação política e econômica do Brasil.

Assim, embora formalmente subsista no Brasil um Estado Democrático de Direito, existem diversos fatores que intervêm materialmente no processo político. O marco no qual se funda nossa recente democracia é profundamente influenciado pelo processo de mundialização do capital, uma ideologia hegemônica ocidental subalternizante. Isso implica em uma limitação intrínseca do exercício pleno da democracia no plano material, haja vista dois pontos-chave: primeiro, as barreiras estruturais impostas pelo sistema capitalista, que opera na lógica centro-periferia, e segundo, se é possível dizer que existe uma cultura democrática popular no Brasil, tendo em vista nossa herança do modelo colonial, manifestada pela colonialidade. Os dois pontos estão interligados.

Inicialmente, em relação ao primeiro ponto colocado em questão, é importante esclarecer o que se entende aqui como o processo de mundialização do capital neoliberal. Ele pode ser definido como uma reestruturação do capitalismo em novas bases econômicas, a fim de recuperar as taxas de acumulação das décadas anteriores, uma vez que, no início

da década de 70, o sistema capitalista passa a apresentar sinais de saturação, evidenciada por uma profunda crise de superprodução (BRENNER, 1999), sendo também marcada pela produção destrutiva (MÉSZÁROS, 2003).

Há, contudo, considerável evidência de que a expansão das políticas e dos programas neoliberais por todo o mundo tenha sido altamente desigual (HARVEY, 2006). Nos países periféricos, a agenda neoliberal, que tinha como pressuposto o Estado mínimo, visava implementar, através de um programa de governo bem determinado, privatizações, aberturas de mercados, flexibilização das relações/legislações trabalhistas e focalização dos gastos sociais (DRAIBE, 1993). Como consequência, ocasionou a desterritorialização e a subalternização de grande parte da população, que viu sua cidadania mutilada (SANTOS, 1993).

No Brasil, a agenda neoliberal foi fortemente implementada pelos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), através do escancaramento do mercado nacional ao capital transnacional, de um intenso movimento de privatizações, do aumento da circulação financeira e também pela estabilização monetária, pelo Plano Real. Essas foram algumas das medidas adotadas com o fim de inserir o país no novo contexto da ordem mundial do capital financeiro.

Essas medidas fizeram parte de uma tática neoliberal que ficou conhecida como Consenso de Washington, e que, sob o discurso da modernização, apenas reforçaram a condição de periferia dos países periféricos. Em 1989, reuniram-se representantes do Fundo Monetário Internacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco Mundial, bem como economistas latino-americanos e funcionários do governo dos Estados Unidos, com o objetivo de fazer uma avaliação das reformas econômicas implementadas na América Latina.

Com essa avaliação, chegou-se à conclusão de que, no curto prazo, as reformas deveriam combater o populismo econômico e buscar a estabilização e o equilíbrio fiscal, e, no médio prazo, a estratégia adotada deveria ser baseada na redução do tamanho do Estado, na liberalização do comércio internacional e na promoção das exportações. Essas recomendações se tornaram um tipo de “manual” da política neoliberal.

Assim, é recorrente o argumento de que tenha sido articulado um movimento internacional de aplicação desse ideário, principalmente pelas recomendações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, haja vista a aplicação simultânea de projetos muito parecidos em vários países da América Latina (BROOKS, 2003), que persistem até os dias atuais, dadas as devidas particularidades.

Foi nesse cenário que foi pensada e promulgada a Constituição Federal brasileira, em 1988, que instituiu o Estado Democrático de Direito, e ganha força a discussão sobre direitos sociais, uma vez que a sua redação, prevê um rol de direitos nunca antes previstos em uma constituição nacional. Ela ganha, inclusive, a denominação de Constituição Cidadã.

Contudo, nota-se que não há de fato a efetivação de todos estes direitos de forma

ampla na vida do povo. Diferentemente do que ocorreu nos países do Norte do mundo, onde os indicadores mostram uma redução nos níveis de desigualdades sociais nas últimas décadas, nos países ditos em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, as condições materiais das massas continuam precárias (PIERÓ, 2006), vide o agravamento dos contrastes sociais, o sucateamento do sistema público educação, do SUS, entre outros.

Isto porque desenvolvimento econômico não significa desenvolvimento social (SEN, 1994). Nesse sentido, o debate a respeito da superação do subdesenvolvimento não pode se desvincular da inteligência que parte da premissa que o sistema gera e reitera desigualdades sistematicamente. Isto porque, de um lado, no âmbito internacional, temos a superexploração da mão de obra nacional por empresas transnacionais, devido à grande quantidade de mão de obra barata ocasionada por altas taxas de desemprego, e o escoamento de capital excedente (lucro) para os países centrais, com baixos níveis de acumulação; e de outro, no âmbito doméstico, uma alta concentração de renda, propriedade e poder nas seletas elites, que se encapsulam no poder e, através de alianças com o capital transnacional, dão continuidade à dominação imperialista externa (FERNANDES, 1975).

Dessa forma, a continuidade da condição de periferia dependente do Brasil é assegurada por agentes internos e externos, criando um verdadeiro descompasso entre o aparato normativo e a efetivação dos direitos fundamentais nele contidos.

INEXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA E COLONIALIDADE

Em relação ao segundo ponto destacado, ao analisarmos a história do Brasil, podemos perceber o que Paulo Freire (1967) chama de “inexperiência democrática”. Devido às condições estruturais da nossa colonização, que pode ser caracterizada como uma empreitada comercial, o Brasil se desenvolveu em um ambiente desfavorável à criação de qualquer mentalidade coletiva de participação ativa na sociedade.

A hierarquização autoritária existente na dinâmica metrópole-colônia, e que transcendia as relações políticas e comerciais, adentrando as relações humanas, fez com que a grande massa não tivesse uma vivência política, criando uma verdadeira cultura acrítica de mutismo e não-participação no que tange à resolução dos mais variados problemas sociais. Nesse sentido, explica Paulo Freire:

Nas grandes propriedades separadas umas das outras, pelas próprias disposições legais, por léguas, não havia mesmo outra maneira de vida, que não fosse a de se fazerem os “moradores” desses domínios, “protegidos” dos senhores. Tinham de se fazerem protegidos por eles [...]. Aí se encontram, realmente, as primeiras condições culturais em que nasceu e se desenvolveu no homem brasileiro o gosto, a um tempo de mandonismo e de dependência, de “protecionismo”, que sempre floresce entre nós em plena fase de transição. Naquelas condições referidas se encontram as raízes das nossas tão comuns soluções paternalistas. Lá, também, o “mutismo” brasileiro. As sociedades a que se nega o diálogo — comunicação — e, em seu lugar,

se lhes oferecem “comunicados”, resultantes de compulsão ou “doação”, se fazem preponderantemente “mudas”. O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico. (1967, p. 69)

Ainda, após a independência, o homem comum sempre foi excluído do exercício do governo, que ficou restrito a uma elite agrária privilegiada, especialmente devido à manutenção da escravidão, e, posteriormente, juntou-se a ela a força da elite burguesa, enriquecida pelo comércio que se formou nos centros urbanos, sempre importando padrões europeizados de cultura, conhecimento e Estado.

Conseqüentemente, na nossa história sempre houveram barreiras para que se desenvolvesse a responsabilidade social e política no povo, pois ela exige uma certa “consciência transitiva, que não se desenvolve nas condições oferecidas pelo grande domínio” (1967, p. 70).

Assim, pensar a democracia no Brasil só é possível de se fazer de forma adequada quando se tem em vista sua formação histórica, política, econômica, social e cultural, a partir de um viés que se contraponha às visões que universalizam os modelos de desenvolvimento e tampouco se atentam às particularidades dos territórios.

Percebe-se que há não só no Brasil, mas na América Latina como um todo, uma tendência de absorver o conhecimento europeu e norte-americano de forma acrítica (IBARRA-COLADO, 2008), seja no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento, ao modelo de Estado ou ao modelo de economia, em um claro processo de colonialidade.

Por colonialidade aqui se entende o conceito cunhado por Aníbal Quijano (1997), ou seja, um sistema de dominação colonial que “transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desaparece com a independência ou descolonização” (PINTO e MIGNOLO, 2015). A colonialidade, apesar de ser desdobramento do colonialismo, assume uma nova dinâmica de dominação. Porém, importante fazer a sua diferenciação:

Segundo Aníbal Quijano (2000; 2005), o colonialismo denota a relação de um povo que está sob o poder político e econômico de outra nação. Tal termo tem seu entendimento limitado ao período específico da colonização histórica, desaparecendo com a independência, ou com a descolonização. Por outro lado, a colonialidade se refere ao vínculo entre o passado e o presente, no qual emerge um padrão de poder. (STREVA, 2016, p.21).

Assim, questões basilares para a constituição da nossa sociedade foram pensadas unicamente a partir de uma visão do Norte (individualista, racionalista, moderna, antropocêntrica, iluminista, universalista, burguesa, capitalista), que começou a se propagar pelas grandes navegações e colonizações europeias no final do século XV, disfarçadas por “nobres” ideais supostamente universais.

O ponto necessário de se entender aqui é que a formação da modernidade ocidental, na qual se pauta a maior parte do conhecimento produzido, e que originou nosso modelo de Estado e sociedade, é marcada pela supressão de diversas formas de conhecimento

próprias dos povos colonizados (SANTOS, 2010), e acaba por ocasionar uma normatização racional baseada numa falsa presunção de universalidade e neutralidade.

Portanto, a própria conceituação de termos como cultura, civilização, modernidade e racionalidade pelos europeus (PINTO e MIGNOLO, 2015) não pode ser considerada uma verdade universal, tampouco uma realidade objetiva, pois esses conceitos não carregam um sentido ontológico em si, mas partem de um ponto de vista carregado de parcialidade: são parte de uma narrativa apresentada por determinados atores com objetivos muito claros e específicos de dominação.

Através desse discurso, a dominação europeia foi imposta em escala global, e desde então, o eurocentrismo colonial colocou seu equipamento epistêmico em pleno funcionamento, impondo o conhecimento produzido a partir da realidade europeia e sobrepondo-se às práticas e conhecimentos dos locais colonizados, subalternizando estes em uma verdadeira colonialidade epistêmica (IBARRA-COLADO, 2006; MIGNOLO, 2011).

Isso ocasionou que, com o término da colonização nas primeiras décadas do século XIX, se perpetuasse a dominação externa pela colonialidade. Nesse período, enquanto estavam em curso importantes momentos históricos liderados pela emergente burguesia do Norte, como a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, que moldaram os ideais de nação e cidadania nos debates políticos da época (e até os dias de hoje), bem como trouxeram os direitos humanos de primeira geração (direitos civis), na América Latina eram considerados cidadãos apenas os homens brancos e da elite. Ou seja, para o índio, o negro e o mestiço não havia espaço para que fossem considerados cidadãos (LISBOA, 2014).

Foi nesse período, durante o século XIX e início do século XX, que os Estados Unidos chegaram ao patamar de potência mundial. Esse progresso da nação norte-americana se dá no mesmo momento em que ocorre uma cisão religiosa na Europa, em que o norte protestante e anglo-saxão se sobrepõe ao sul católico e ibérico. Tal divisão transporta-se para as Américas, onde os Estados Unidos, em identidade com a Grã-Bretanha anglo-saxã, tornam-se os novos perifерizadores da América Latina.

Assim, a periferização da América Latina se renova com outras justificativas, tanto por forças internas como externas, mantendo-a sempre em um lugar de exclusão e subalternidade, sendo a sua função a de exportação de matéria-prima e a importação de conhecimento.

Após a Segunda Guerra Mundial, a modernidade, liderada pelas potências hegemônicas, não pode mais ser entendida como eurocêntrica, mas sim ocidental, sendo o ideário de desenvolvimento civilizacional o novo paradigma demarcatório: “o conceito de desenvolvimento, como um cavalo de Tróia, nasce com a marca civilizatória do ocidente capitalista industrial para enfrentar a novidade da emergência política do terceiro mundo” (LISBOA, 1996, p. 14).

A problemática advinda dessa nova fase é a (não nova) ausência de uma visão global

que leve em consideração a dinâmica centro-periferia, bem como a formação (em suas dimensões históricas, políticas, culturais, sociais e econômicas) de cada país dentro do sistema global. Assim, fica evidente que a colonialidade, desde a independência dos países da América Latina, vem sendo apenas renovada de maneiras e por nações diferentes.

Nesse sentido, as contribuições feitas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) na década de 50, através do estruturalismo latino americano, e, em sequência, pela Teoria Marxista da Dependência, promoveram um importante debate a respeito do quadro de subdesenvolvimento que, insistentemente, parecia se aprofundar na região ao longo das décadas. As coordenadas teórico-metodológicas apontadas por estas correntes de pensamento indicaram novos caminhos para pensar a América Latina. Isto é, as teorias universalizantes, que desprezavam as particularidades da formação política e econômica latina, e que geram prescrições genéricas para o caso específico do seu subdesenvolvimento, foram questionadas por aqueles que se propunham a pensar o subdesenvolvimento não como uma etapa para o desenvolvimento, mas como uma condição *sine qua non* de um passado colonial.

O diálogo que se estabelece entre o estruturalismo latino-americano, a teoria marxista da dependência e o conceito de colonialidade, portanto, está justamente na crítica ao universalismo proposto pelo receituário liberal e, em última análise, na posição antagonista àquele que generaliza, de forma interessada, a história latino-americana. As teorias que se propõem genéricas acabam por gerar mais desigualdade, pois não pensam adequadamente a realidade e as demandas locais, bem como impossibilitam que sejam pensadas saídas autônomas e soberanas, no âmbito epistemológico e material.

A teoria da dependência antagoniza com as teorias liberais do Norte da mesma época. Nomeando as regiões como centro e periferia, a crítica acerca da dependência reformulou-a como uma categoria de análise da própria realidade, tanto *da* como *a partir* da região, levando em consideração as disparidades nas relações entre essas regiões (PREBISCH, 1949), bem como reconhecendo a interdependência entre desenvolvimento e subdesenvolvimento e a conseqüente negação de que representariam diferentes etapas, sendo assim um mesmo fenômeno (FURTADO, 1961).

Neste marco, no que tange à reflexão crítica acerca das bases epistemológicas da produção do conhecimento, a teoria decolonial disponibilizou um grande e rico instrumental para pensar como o colonialismo, e, por conseguinte, a colonialidade, impedem a produção e a propagação do conhecimento emancipatório na América Latina.

Há, portanto, uma necessidade de superação dessa imposição, pois ela carrega uma série de opressões, desigualdades e inverdades. Rosevics (2014) traz que “a superação completa do modelo epistemológico eurocentrado não se processará de maneira imediata, especialmente na América Latina, onde ele tão profundamente está arraigado”. Assim, o pensamento decolonial é um campo de reflexão que vai na contramão da epistemologia eurocêntrica (teórica, política, social, antropológica, dentre outras), repassada como

verdade concreta e universal.

Colocamos aqui a urgente questão de se repensar nossos moldes constitucionais, uma vez que, nas palavras de Freire, “importamos a estrutura do estado nacional democrático, sem nenhuma prévia consideração ao nosso contexto, posição típica ou atitude normal de alienação cultural” (1967, p. 79).

CONCLUSÃO

A problemática é compreender em que medida o Direito Constitucional, *locus* privilegiado de proteção dos direitos e garantias fundamentais, pode contribuir para a superação de todo esse cenário colocado, marcado pela influência dos interesses econômicos em detrimento da tutela de valores fundamentais.

O Direito Constitucional possui um papel de destaque quando se fala em pensar possíveis caminhos para a democracia no Brasil, tendo em vista sua íntima relação com a mesma. Porém, há na nossa Teoria Constitucional o que David Gomes chama de “déficit sociológico”, ou seja, uma certa falta da devida atenção à dimensão sistêmica das sociedades (2019, p. 2)

Por isso, faz-se necessário voltar os olhares para o contexto social, especialmente aos interesses que moldaram historicamente (e ainda moldam) nossa sociedade. Nesse sentido, uma aproximação interdisciplinar da Teoria Constitucional e de contribuições feitas pela Teoria Marxista da Dependência e pelo campo do pensamento decolonial se mostram urgentes e extremamente necessárias.

Isto porque, conforme explicado anteriormente, para que capitalismo e democracia sejam compatíveis nos países centrais, é imprescindível que haja a sua não compatibilização nos países periféricos. Portanto, conclui-se que capitalismo e democracia, se forem pensados para funcionar de forma mundial e plena, não são compatíveis.

Toda essa problemática fica ainda mais urgente quando inserida no contexto da crise pandêmica de COVID-19, uma vez que evidencia o conflito entre os princípios democrático-constitucionais e o papel que o Estado assume de subserviência ao mercado. Viu-se de maneira acelerada o desmantelamento de direitos fundamentais em prol de interesses estruturais do sistema capitalista, por serem estes necessários à sua manutenção.

Porém, ressalta-se aqui que a crise não é de COVID-19. A crise é o próprio modo de produção capitalista: “o flagelo do desemprego, as habitações precárias para suportar quarentenas, as contaminações em transportes públicos lotados e a fragilidade do sistema de saúde são, exata e necessariamente, condições históricas de um modo de produção específico, o capitalismo” (MASCARO, 2020, p. 6).

REFERÊNCIAS

BRENNER, Robert. A economia da la turbulencia global. Madrid: Akal Editora. 2009.

- BROOKS, S. Proteção social e integração econômica - a política da reforma previdenciária na era da mobilidade do capital. In: COELHO, V. S. (org.). A reforma da previdência social na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2003.
- DRAIBE, Sônia. Miriam. As políticas sociais e o neoliberalismo: Reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. Revista da USP, São Paulo, nº 17, 1993.
- FEINBERG, Richard. Comment. In: WILLIAMSON, John (org.). Latin American adjustment. Washington: Institute of International Economics, 1990.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. RJ: Zahar, 1975.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1967.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.
- GOMES, David F. L. Constitucionalismo e dependência: em direção a uma Teoria da Constituição como Teoria da Sociedade. São Paulo, IV Congresso Internacional de Direito Constitucional e Filosofia Política, 2019.
- HARVEY, David. Spaces of Global Capitalism: toward a theory of uneven geographical development, New York: Verso. 2006.
- IBARRA-COLADO, Eduardo. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America. V. 13, n. 4, p. 489-508. 2006.
- LISBOA, Armando de Melo. De América a Abya Yala: Semiótica da descolonização. R. Educ. Públ. [online], vol.23, n.53, supl.02, p. 501-531. 2014.
- _____. Desenvolvimento: uma ideia de subdesenvolvimento. Revista Plural, n. 7, v. 5, p. 71-78, jan./jun. 1996.
- MASCARO, Alysso Leandro. Crise e Pandemia. São Paulo: Boitempo, 1. ed., 2020 (recurso digital).
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. Editora Boitempo. São Paulo. 2003.
- MIGNOLO, W. The darker side of Western modernity: global futures, decolonial options. Duke University Press. 2011.
- PIERÓ, G. P. "Desigualdad y pobreza: América latina y Europa desde 1950". Revista Política y Cultura. México, nº20, Otoño 2006.
- PINTO, Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Porto Alegre: Civitas, v. 15, n. 3, p. 381-402. 2015.
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y sus principales problemas: E/CN.12/89. Santiago: [s.n]. 1949.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9. 1997.

ROSEVICS, Larissa. Diálogos internacionais. Do pós-colonial à decolonialidade: reflexões críticas do mundo contemporâneo. p. 187-191, 2014. pdf. Disponível em <<http://www.dialogosinternacionais.com.br/2014/11/do-pos-colonial-decolonialidade.html>>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

STREVA, Juliana Moreira. Colonialidade do ser e Corporalidade: O racismo brasileiro por uma lente descolonial. Revista Antropolítica, n. 40, Niterói, p.20-53, 1, pdf. 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação de impugnação de mandato eletivo 208, 211, 217, 219

Adolescente 3, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 135, 136, 142

Assédio sexual 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128

Ativismo judicial 144, 145, 162, 164

C

Colaboração premiada 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 144, 145, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Constitucional 2, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 47, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 66, 72, 82, 88, 89, 95, 103, 104, 106, 138, 143, 144, 153, 154, 157, 158, 162, 164, 170, 176, 181, 186, 203, 204, 205, 208, 209, 213, 214, 217, 218, 222, 227, 233, 235

Consumidor 103, 104, 105, 106, 107, 133, 135, 136

Criança 3, 74, 75, 82, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 135, 136, 142

D

Direito 1, 4, 5, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 57, 60, 62, 63, 64, 68, 73, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 95, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 114, 119, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 192, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 213, 214, 217, 218, 219, 222, 226, 231, 233, 235

Discurso de ódio 129, 137, 139, 140, 141, 142, 143

E

Eleição 99, 209, 211, 213, 215, 216, 224, 225, 226, 227, 232

F

Federalismo 57, 61

G

Gestão 57, 59, 61, 64, 66, 98, 99, 171, 172

J

Judicialização 93, 150, 152, 164, 214, 220, 221, 222, 230, 233, 234

L

Lava Jato 32, 144, 145, 148, 150, 151, 154, 155, 157, 161, 164, 165

M

Mandato eletivo 208, 209, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 219, 224, 229

Mulher 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 122, 126, 129, 130, 133, 134, 136, 141, 142, 143

O

OIT 178, 179, 180, 183, 184, 185, 186, 187

P

Pacificação social 166, 168

Pandemia 47, 48, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 203, 206, 207, 229

Pena de morte 15, 16, 17, 18, 19, 23, 25, 27

Perito assistente 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 199, 200, 201

Pessoas com deficiência 1, 2, 11, 12, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90

Pornografia 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 141, 142, 143

Precedência 22

Princípio 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 45, 63, 66, 80, 88, 97, 100, 126, 136, 166, 171, 177, 180, 181, 183, 185, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 217, 218, 226, 232

R

Revolução 20, 22, 52, 55, 71, 150, 204

S

Saúde 54, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 85, 96, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 203, 204, 205, 206

Serviços públicos 48, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

T

Teletrabalho 203, 204, 205, 206, 207

U

Unicidade sindical 178, 182

Direito:

Da Precedência
à Revolução

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 Atena
Editora

Ano 2021

Direito:

Da Precedência à Revolução

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021